

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**

ANO 03 - Nº 26 - JUNHO 2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Análise da Conjuntura de junho abre com a seção **Golpe contra o Estado**, que destaca a tramitação no Congresso do Projeto de Lei (PL) 6.621/2016, a chamada nova Lei das Agências Reguladoras. A pretexto de dar mais transparência e melhor governança institucional ao papel dessas agências, na prática o PL interdita a ação política e fetichiza a ação tecnocrática.

O capítulo **Internacional** trata da política reacionária das grandes potências para os migrantes, do resultado das eleições na Colômbia e na Turquia e das perspectivas em relação ao pleito no México, que tem como favorito o candidato da esquerda Andrés Manoel López Obrador, pelo Movimento de Regeneração Nacional em português (Partido Morena) e o Partido do Trabalho (PT).

A seção de **Política e Opinião Pública** traz uma análise da distribuição do Fundo Eleitoral de Campanha e a distribuição do horário de propaganda eleitoral gratuito na tevê e no rádio e seu provável impacto em candidaturas e apoios. Relata as manobras jurídicas da Operação Lava Jato para manter Lula preso e inviabilizar sua disputa nas eleições presidenciais de outubro. Mas os últimos dados das pesquisas de opinião da Ipsos mostram que sua candidatura continua forte: Lula é aprovado por 45% – a taxa mais alta entre os dezenove nomes apresentados aos entrevistados.

Uma análise dos últimos dados disponíveis referentes ao mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) é apresentada na seção **Social**. Mostra que nem a política econômica do governo Temer nem a Reforma Trabalhista também realizada pelo golpista estão sendo capazes de estimular o mercado de trabalho brasileiro, reduzir as desigualdades regionais ou ampliar direitos para a maioria que vive do trabalho no país. Pelo contrário.

Na parte de **Economia**, fica em evidência que a situação brasileira segue em marcha lenta. Depois de um leve suspiro registrado em abril, quando os principais setores econômicos mostravam números ligeiramente melhores, as sucessivas barbearagens do governo na administração da taxa de câmbio e na política de preços dos combustíveis produziram efeitos bastante negativos sobre o nível de atividade do conjunto da economia, deteriorando rapidamente as expectativas quanto à taxa de crescimento do PIB de 2018.

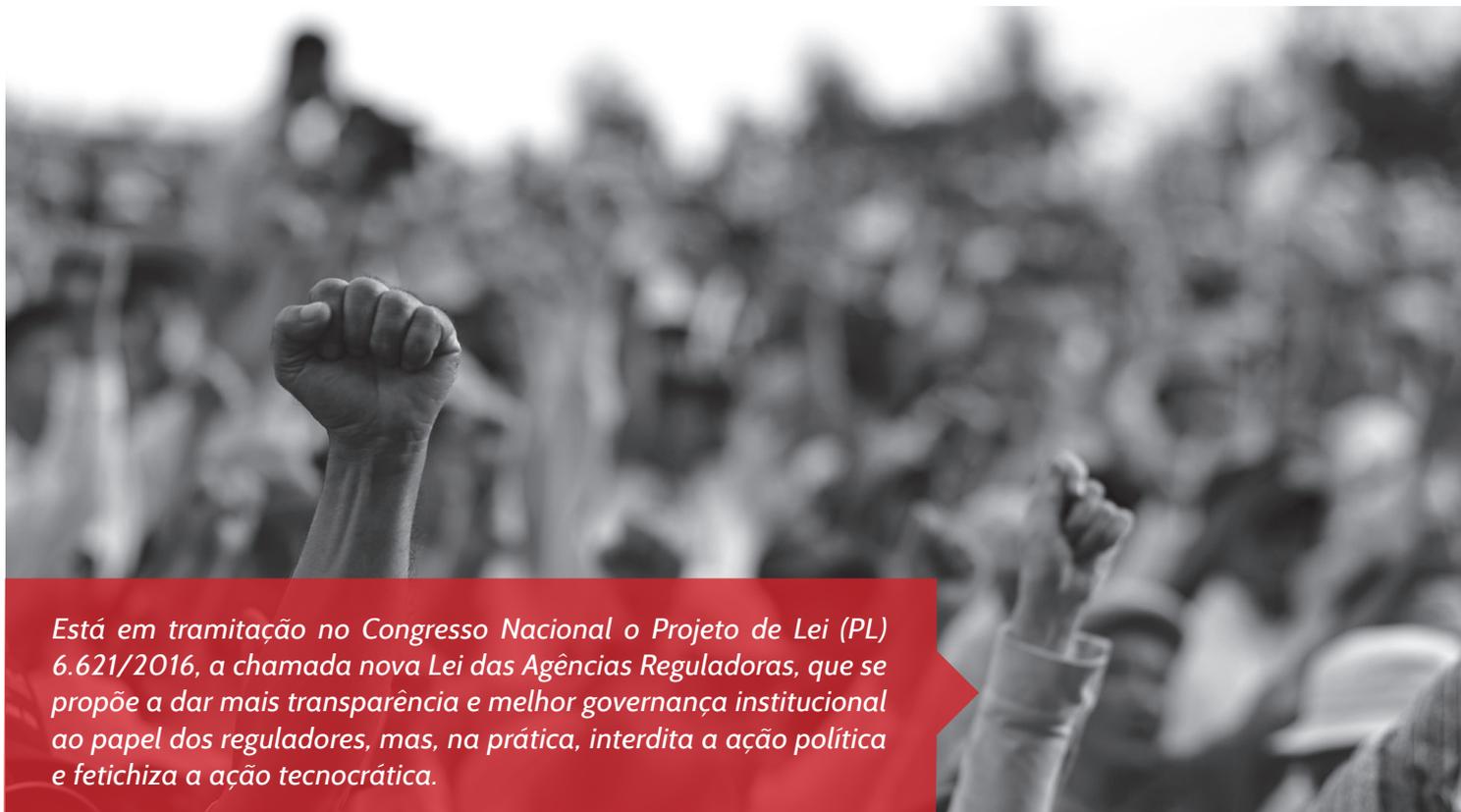
Na seção **Territorial** se apresentam dados que mostram que o período pós-golpe foi marcado pelo aumento da violência no campo. Em 2016, o Brasil foi o país do mundo com maior número de assassinatos no meio rural. Em 2017, os conflitos no campo totalizaram 1.431 ocorrências, fruto da desestruturação da política agrária e rural brasileira pelo governo ilegítimo de Temer. A violência no campo esteve acompanhada de redução ao combate do trabalho escravo, paralisação da reforma agrária e pela não demarcação de terras indígenas.

Em **Comunicação**, apresenta-se uma leitura crítica do Brasil na imprensa internacional, que destacou como principal assunto a greve dos caminhoneiros. Também é abordado o posicionamento editorial da imprensa comercial em relação à absolvição da senadora e presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, pelo Supremo Tribunal Federal e o uso do Instagram pelos pré-candidatos.

O Boletim fecha com a temática dos **Movimentos Sociais**, que trata de um período que ficou marcado por uma grande paralisação dos caminhoneiros em todo Brasil. O complexo movimento que parou o país e causou enormes filas nos postos de combustível em virtude do desabastecimento apresentou importantes sinais da conjuntura que precisam ser lidos e compreendidos.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 6.621/2016, a chamada nova Lei das Agências Reguladoras, que se propõe a dar mais transparência e melhor governança institucional ao papel dos reguladores, mas, na prática, interdita a ação política e fetichiza a ação tecnocrática.

AGÊNCIAS REGULADORAS: A TECNOCRACIA SOBRE A DEMOCRACIA

Há no Brasil hoje onze setores econômicos com a presença de agentes reguladores: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Cinema (Ancine), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Transportes Aéreos (ANTT), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Mineração (ANM).

A maior parte delas foi criada no bojo do avanço neoliberal da década de 1990, a fim de mitigar problemas oriundos do ingresso de agentes privados em atividades antes dominadas pelo setor público. Com o passar do tempo, entretanto, muitos desses espaços se converteram em núcleos de defesa de interesses estranhos às urnas, incrustados na ossatura do Estado.

O Projeto de Lei dispõe sobre “a gestão, a organi-

zação, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras e introduz mudanças orientadas pelo princípio da autonomia administrativa e da independência decisória das agências reguladoras”.

Qualquer incentivo à autonomia das agências reguladoras em relação aos poderes Executivo e Legislativo deve ser observado com atenção, pois, sob o pretexto de contribuir para a diminuição das interferências políticas sobre setores que movimentam contratos e investimentos bilionários, se fortalece uma casta tecnocrática que estaria, em tese, mais imune à corrupção.

O diagnóstico é tão antigo quanto equivocado e se ancora na leitura de que o populismo e o personalismo seriam traços constitutivos da classe política mas não de grupos estatais administrativos.

Um dos maiores problemas do Projeto de Lei é a explicitação, logo no seu artigo 3º, da essência do conceito de regulador: “a natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela au-

sência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos”.

Tal texto busca dar mandato soberano para quem não passou pelo escrutínio das urnas.

Mais ainda, alguns setores econômicos e parlamentares argumentam que autonomia funcional e administrativa não existe sem autonomia financeira, e disso emerge a proposta de que as agências deveriam ter seus orçamentos desvinculados dos seus ministérios correlatos. Na prática, se aprovado, o PL impõe o risco de concorrência e conflito decisório entre reguladores e ministros.

Além disso, há quem defenda a autonomia das agências em relação à prestação de contas para o Tribunal de Contas da União (TCU) e para a Advocacia Geral da União (AGU), o que significa a criação de mais “poderes paralelos autônomos” no interior da estrutura do Estado.

O PL também traz uma proposta de que o mandato de presidentes e diretores tenha duração de cinco anos, sendo maior do que o mandato presidencial. Por trás da preocupação com a captura do poder regulatório pelo poder político se esconde a negligência com a captura pelo poder econômico, o que fica evidente com a ausência de menção no projeto a quarentenas que mitiguem a porta giratória entre Estado e mercado. Aliás, o que ocorre é o oposto, como veremos na sequência.

Outro problema se situa na proposta de recrutamento dos diretores das agências, que passa a ser excessivamente tecnocrático e mercadológico. A obrigatoriedade de os candidatos terem pelo menos dez anos de experiência profissional no “campo de atividade da agência”, sendo pelo menos quatro anos em posições de senioridade, a exigência de formação acadêmica compatível com o cargo, a imposição de processo de pré-seleção amplamente divulgado e baseado em análise de currículo para atendimento a chamamento público que resultará em lista triplíce, a vedação de candidatos que sejam sindicalistas, dirigentes estatutários de partido político ou que tenham atuado, nos três últimos anos, em estrutura decisória de partido político ou em traba-

lho vinculado a campanhas eleitorais parecem estar em consonância com princípios republicanos.

No entanto, censuram trajetórias partidárias e sindicais e premiam trajetórias empresarias e acadêmicas, como se esses últimos fossem mais capacitados do que os anteriores, uma vez mais o elitismo se enverniza de iluminismo nessas plagas.

O quadro se agrava com a possibilidade aberta de que o processo de ingresso nas agências seja realizado por consultorias externas e por headhunters. Não será de todo surpreendente se o PL for adendado com a proposta de que a contratação dessas instituições seja feita por meio de dispensa de licitação pública, seguindo esse escopo a atividade regulatória torna-se permeável e porosa a todo tipo de lobby e desvios que ela própria deveria coibir.

Há ainda quem defenda que a responsabilidade do cargo de direção nas agências reguladoras não deveria estar atrelado ao teto salarial da União, pois salários maiores poderiam ser mais atraentes para ex-CEOs e altos executivos. Em última instância se propõe institucionalizar aquilo que em muitas circunstâncias o Judiciário já pratica ao arrepio da lei, a violação do teto do funcionalismo público.

A nova Lei das Agências Reguladoras compõe a mesma linhagem de iniciativas que dão autonomia e controle exorbitantes a poderes não constitucionais, como ocorreu com o Ministério Público, e guarda relação de parentesco com leis que impõem a dominância da tecnocracia sobre a democracia, como no caso da Lei de Responsabilidade das Estatais.

Nesse sentido essa iniciativa se inscreve em uma leitura liberal-conservadora do Estado e do corpo técnico-administrativo da máquina pública, colocando sob suspeição interesses políticos legitimamente eleitos e postulando uma falsa neutralidade e isenção de interesses técnicos e econômicos.

A ação regulatória pode e deve ser aperfeiçoada, desde que ela busque regular não apenas as chamadas “indicações políticas”, mas também, em maior intensidade, o apetite do mercado sobre os interesses mercantis. A Nova Lei das Agências Reguladoras passa ao largo desse desafio e legisla em favor de vícios privados, contra virtudes públicas.

INTERNACIONAL



Esta seção trata da política reacionária das grandes potências para os migrantes, do resultado das eleições na Colômbia e na Turquia e das perspectivas em relação ao pleito no México, que tem como favorito o candidato da esquerda Andrés Manoel López Obrador, pelo Movimento de Regeneração Nacional em português (Partido Morena) e o Partido do Trabalho (PT).

As migrações e a política reacionária das grandes potências

O mês de junho foi conturbado em relação ao tema das imigrações. Os áudios e vídeos de crianças presas em jaulas, chamando pelos seus pais nos Estados Unidos, chocaram o mundo. O sofrimento dessas crianças foi consequência da política de “tolerância zero” contra os imigrantes aprovada por Donald Trump em abril, que determina a prisão das pessoas que entram ilegalmente pela fronteira, relegando os menores de idade a ficarem detidos em “abrigos”, separados de seus responsáveis.

Por mais que os dois lados da política partidária estadunidense, Democratas e Republicanos, tenham aprovado medidas que atacam os imigrantes, o patamar que esse discurso alcançou com a posse de Trump não deve ser desprezado. Toda a campanha eleitoral dele foi pautada em promessas xenófobas e nacionalistas. Depois de eleito, várias ações tomadas, além dessa discutida aqui, foram nesse sentido, como chamar de “países de merda” nações da América Latina e da África, ao se referir aos imigrantes dessas duas, e proibir a entrada nos Estados Unidos de pessoas provenientes de sete países de maioria muçulmana, entre eles a Síria e Irã.

Além disso, no meio de toda polêmica da separação das famílias, Trump decretou a saída do país do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse órgão foi criado em 2006 para ocupar o lugar da Comissão de Direitos Humanos e já, nessa ocasião, foi boicotado por outro presidente republicano, George W. Bush que, à época, tinha como representante na ONU John Bolton, atual assessor de segurança nacional. O país somente veio a fazer parte do Conselho em 2009, na presidência de Barack Obama.

Os motivos alegados para a saída foram muito parecidos com os da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 2017. Isto é, as supostas medidas anti-Israel adotadas pelo Conselho. Para o governo dos Estados Unidos, a maneira como Israel trata a população da Palestina com ataques com armas pesadas a palestinos “armados” com pedras, por exemplo, não configura desrespeito aos direitos humanos. Uma posição que não surpreende em se tratando de um governo que cruelmente separa crianças de seus pais.

Com toda a repercussão negativa que gerou a política de tolerância zero, Trump voltou atrás ao assinar um decreto que acaba com a separação de pais e

crianças. Porém, não se sabe ao certo como isso será feito, já que os menores, teoricamente, terão que ficar detidos com seus responsáveis. Outro problema que surge é se as famílias que já foram separadas serão reunidas e, se sim, como isso será feito, pois em muitos casos não se sabe onde está cada membro.

Do outro lado do Oceano Atlântico, a Europa também possui governos que aprovam medidas que atacam os imigrantes. O maior exemplo disso atualmente é a Itália, governada pela aliança formada pelos partidos nacionalistas e eurocéticos Liga Norte e Movimento 5 Estrelas (MS5), que somente nas últimas duas semanas do mês já fecharam os portos do país para duas embarcações contendo imigrantes.

Dentro do governo, se destaca a posição extremista do ministro do Interior e líder da Liga, Matteo Salvini, que defende projetos como mandar embora cem mil imigrantes por ano e fazer recenseamento dos ciganos que moram no país e expulsar aqueles que não são italianos. A última foi bastante criticada por lembrar as leis raciais em voga durante o governo fascista de Benito Mussolini, que enviaram para o campo de concentração oito mil judeus que viviam na Itália.

Tais posturas vêm criando atritos entre os governos italiano e francês. Emmanuel Macron, representante do último, criticou veementemente a atitude de não deixar os barcos atracarem e disse que “populistas são a lepra da Europa”. A Itália, por outro lado, argumenta que a França não está aceitando imigrantes e coloca cada vez mais patrulhas no seu lado da fronteira entre os dois países, apesar da livre circulação ser permitida nos territórios membros da União Europeia (UE), ou seja, Macron parece estar mais preocupado em não ter que assumir responsabilidade sobre os imigrantes do que com os direitos básicos desses.

Além disso, depois que o novo governo espanhol, liderado pelos socialistas, aceitou receber um dos barcos de refugiados proibido de atracar na Itália, Macron propôs uma resolução para ser discutida na União Europeia: refugiados aceitos por determinado país da UE não poderiam deixá-lo e circular livremente pela Europa. Ou seja, aqueles aos quais foi permitido ingressar na Espanha ali teriam que permanecer ou regressar aos seus países de origem.

Já na Alemanha as discussões acerca da imigração estão abalando internamente o país que é a “cabeça” da União Europeia. O partido aliado de Angela Merkel e que foi crucial para a formação de seu governo, a União Social-Cristã, deu quinze dias, a partir de 18 de junho, para que ela negocie com a União Europeia um acordo para limitar os imigrantes no país sob pena de romper a coalizão governamental CDU/CSU e SPD. O ultimato se deu no momento que o partido está perdendo terreno para a extrema-direita, Alternativa para a Alemanha (AfD), nas eleições na Baviera no segundo semestre e que vem crescendo à partir do discurso xenófobo.

Um balanço das eleições colombianas

O primeiro semestre na Colômbia foi de intensa mobilização política com a realização de prévias para a definição de candidaturas presidenciais, eleições parlamentares e, finalmente, a realização de dois turnos das eleições presidenciais.

Nas eleições parlamentares realizadas na Colômbia em 11 de março, os partidos da direita foram os vitoriosos, embora a esquerda, ainda que fragmentada, tenha avançado um pouco. Estas eleições também foram utilizadas como primárias para definir os candidatos de algumas coalizões, no caso da direita disputada entre os postulantes dos partidos Centro Democrático (CD) do ex-presidente Álvaro Uribe, e do Conservador, onde o escolhido foi Ivan Duque, do CD, com aproximadamente quatro milhões de votos. Na esquerda, houve também uma prévia entre o candidato da Aliança Verde, Gustavo Petro e Carlos Caicedo, do Fuerza Ciudadana, ambos ex-prefeitos respectivamente das cidades de Bogotá e Santa Marta, vencida pelo primeiro com quase três milhões de votos contra quinhentos mil.

As 108 cadeiras do Senado foram disputadas por dezesseis partidos e coalizões e dez deles estarão representados na legislatura que será inaugurada em 20 de julho próximo. Destes, três partidos de direita somarão 53 senadores, os Liberais e o Partido da Unidade Nacional mais ao centro terão juntos 28 senadores e a esquerda somará 27 senadores, incluindo os cinco que caberão ao Força Alternativa Revolucionária do Comum (Farc), con-

forme definido nos Acordos de Havana, embora tenham obtido apenas cinquenta mil votos, o que não lhes daria nenhum assento. Este resultado foi importante, pois a soma dos votos da esquerda e do centro, em tese, permitem pelo menos barrar retrocessos propostos pela direita nos acordos de paz e pelo novo presidente, Ivan Duque, pois juntos somam 55 votos no Senado (50% mais um).

As 172 vagas na Câmara foram disputadas por 27 partidos ou coalizões onde catorze deles elegeram representantes. A direita elegeu 83 deputados, o centro elegeu sessenta, a esquerda dezenove incluindo os cinco que cabem às Farc e algumas pequenas agremiações regionais ou independentes elegeram os deputados remanescentes.

Oito candidatos presidenciais se apresentaram para disputar o primeiro turno em 27 de maio, dos quais os mais representativos da direita foram Ivan Duque do CD e Germán Vargas Lleras do Câmbio Radical. Pelo centro, veio Humberto de la Calle, que foi o coordenador do governo colombiano nas negociações do acordo de paz com as Farc em Havana, pelo Partido Liberal, e a esquerda se apresentou dividida entre as candidaturas de Gustavo Petro, da Aliança Verde, e Sergio Fajardo, ex-governador do estado de Antioquia pelo Pólo Democrático Alternativo (PDA).

O resultado, levou à realização de um segundo turno marcado para o dia 17 de junho. O voto não é obrigatório na Colômbia e o comparecimento às urnas foi de 53% do eleitorado, quase 10% a mais do que na eleição passada em 2014. Os dois primeiros colocados foram o direitista Ivan Duque, do Centro Democrático, apoiado pelo ex-presidente Álvaro Uribe que obteve 39,1% dos votos e, pela primeira vez na história, um candidato de esquerda, Gustavo Petro, pela coalizão “Colômbia Humana”, alcançou 25,1% dos votos, superando Fajardo do Polo que obteve 23,8% dos votos e foi ao segundo turno.

Neste, realizado no dia 17 de junho, sagrou-se vitoriosa a chapa Ivan Duque e Marta Lucia Ramirez, do Centro Democrático. Ele, um estreante na política, recebeu 53,9% dos votos contra 41,8% dados ao candidato de esquerda do Movimento Progressista, Gustavo Petro, ex-prefeito da cidade de Bogotá. Os votos brancos e nulos somaram 4,3% e o com-

parecimento dos eleitores foi inferior a 50%.

Ainda assim, Petro recebeu cerca de oito milhões de votos que não poderão ser desconsiderados pelo novo presidente que assumirá em 7 de agosto, mas não conseguiu transferir para si a totalidade de votos dados a Sergio Fajardo, do Polo Democrático Alternativo, e do liberal Humberto de la Calle. Fajardo declarou neutralidade no segundo turno, embora setores do PDA tenham apoiado Petro.

De qualquer forma, os resultados eleitorais deste ano na Colômbia, tanto para o Parlamento, quanto para a presidência da República, foram os melhores para a esquerda desde que esta começou a participar dos processos eleitorais e apontam possibilidades no médio prazo.

O dramático é que a agenda econômica neoliberal radical adotada desde os governos de Álvaro Uribe e mantida por Manuel Santos prosseguirá com Ivan Duque. Ele tem também falado em rever itens do acordo de paz com as Farc e reconhece o apoio de Uribe para garantir sua vitória. No entanto, é sempre bom lembrar que governar é outra coisa. Santos havia sido ministro de Defesa de Uribe e depois romperam. Ele foi o governante que conseguiu negociar o acordo de paz, combatido pelo seu antecessor, que agora se tenta alcançar também com o ELN, o segundo maior grupo insurgente, embora de resultado ainda distante.

O crucial para enfrentar este quadro será o de construir a unidade na esquerda e no progressismo na Colômbia.

Eleições turcas

Em 2017 houve um plebiscito na Turquia no qual a maioria da população aprovou a proposta do então primeiro-ministro, Recep Tayyip Erdogan, de substituir o regime parlamentarista pelo presidencialismo que, em princípio, previa uma eleição sob o novo regime em novembro de 2019. Porém, no mês de abril passado, o governo Erdogan decidiu antecipá-la para 24 de junho de 2018, para acelerar a concentração de poder presidencial e também buscar a maioria no Parlamento de seiscentos membros. Para isso buscou se beneficiar do apoio popular de que ainda dispõe, principalmente nas

regiões mais conservadoras do interior do país depois de quinze anos à frente do governo turco.

O resultado das eleições presidenciais foi 52% dos votos para Erdogan e 53,6% para os candidatos do partido Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) coligado com o Partido da Ação Nacionalista (MHP).

O social-democrata Partido Republicano do Povo (CHP) obteve 30,7% dos votos para seu candidato a presidente, Muharrem Ince, e 31,5% dos votos para o Parlamento em coligação com dois partidos menores. O último comício de campanha de Ince reuniu mais de um milhão de pessoas em Istambul, e a imprensa internacional avaliava que ele poderia até participar de uma disputa em segundo turno que, entretanto, não ocorreu. Denúncias de fraudes ocorreram, mas, no dia seguinte à eleição, Ince reconheceu a vitória de Erdogan.

O candidato à presidência pelo Partido Democrático do Povo (HDP), de esquerda e também dos curdos, Selahattin Demirtas, obteve 8,4% dos votos e 11,2% para os candidatos parlamentares do partido.

As perspectivas das eleições mexicanas

Previstas para 1º de julho, as eleições presidenciais no segundo maior país da América Latina, o México, não têm dois turnos. Vence quem obtiver a maioria dos votos e tudo indica que desta vez será o candidato da esquerda Andrés Manoel López Obrador (AMLO) pelo Partido Morena (Movimento de Regeneração Nacional em português) e o

Partido do Trabalho (PT), pois várias pesquisas de opinião o situam com aproximadamente 50% da preferência e 20% à frente do segundo colocado, Ricardo Anaya, candidato da coligação do Partido da Ação Nacional (PAN) com o Partido da Revolução Democrática (PRD). O terceiro lugar cabe ao candidato da situação do Partido da Revolução Institucional (PRI), José Meade, com menos de 20% da preferência, apesar do peso que sua máquina partidária possui.

López Obrador foi prefeito da cidade do México até 2005, quando se candidatou à Presidência, em 2006, pelo PRD pela primeira vez e foi derrotado por poucos votos pelo candidato do PAN, Felipe Calderón, em uma eleição denunciada como fraudulenta. Em 2012, candidatou-se novamente pelo PRD e perdeu para o atual presidente do PRI, Enrique Peña Nieto. Posteriormente, rompeu com o PRD e criou o Morena.

A campanha se encerra no dia 27 de junho e embora a ameaça de fraude esteja presente, será difícil para a direita tirar uma diferença de 20% por esse meio.

Uma vez vitorioso, o desafio de governar o país com a crise econômica, política e social em que vive, particularmente os problemas de segurança e do narcotráfico, que custaram a vida de mais de duzentas mil pessoas e trinta mil desaparecidos ao longo dos últimos anos, será grande. Porém, a vitória também será um alento para a esquerda no continente após a ascensão do conservadorismo e do golpismo a que temos assistido.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção traz uma análise da distribuição do Fundo Eleitoral de Campanha e do horário de propaganda eleitoral gratuito na tevê e no rádio e do possível impacto que devem causar às candidaturas e apoios. Enfoca também as manobras jurídicas da Operação Lava Jato para manter Lula preso e inviabilizar sua disputa na eleição presidencial de outubro. Ainda assim, os últimos dados das pesquisas de opinião da Ipsos mostram que sua candidatura continua forte e que Lula é aprovado por 45% - a taxa mais alta entre os dezenove nomes apresentados aos entrevistados.

Distribuição do Fundo Público de Campanha

Em meio à pré-campanha, os partidos começam a se estruturar para enfrentar o intenso período de eleições gerais que será instaurado nos meses de setembro e outubro no país. Além das intenções de voto, rejeição e simpatia do eleitorado, devemos considerar também a estrutura de campanha que os partidos e os candidatos terão neste ano. Principalmente no que se refere ao valor que terão do Fundo Eleitoral e do financiamento via pessoa física, inclusive por meio de crowdfunding, tempo de tevê e a capilaridade eleitoral e ganho de estrutura em todos estes aspectos que são acrescidos por coligações.

O Tribunal Superior Eleitoral divulgou em 15 de junho o montante que será oferecido pelo Fundo Eleitoral, isto é, parcela do orçamento público destinada ao financiamento de campanha. O Fundo foi criado após o fim do financiamento empresarial de campanha. O partido que terá o maior montante do Fundo Eleitoral será o MDB (aproximadamente 234 milhões de reais, cerca de 14% do total), segui-

do do PT (aproximadamente 212 milhões e 12%), PSDB (186 milhões, 11%), PP (131 milhões, 9%), enquanto os outros 31 ficarão com fatias menores. Considerando os tetos para gastos de campanha também instituídos pelo Congresso, ou seja, com o montante máximo que as candidaturas poderão gastar, muitos dos nomes que concorrerão à Presidência podem ter problemas estruturais quando a corrida eleitoral começar.

Um candidato à Presidência poderá gastar, no máximo, setenta milhões de reais. Se não considerarmos nesta conta que os partidos terão de investir também em dezenas de candidaturas de deputados federais e estaduais, governadores e senadores, que variarão de estado para estado, mesmo que partidos menores coloquem todo o montante que têm à disposição de suas candidaturas, ficarão longe do teto para campanha presidencial, que, com certeza, será explorado ao máximo pelos partidos maiores. O PSDB, por exemplo, já sinalizou que destinará a quantia de setenta milhões de reais

para o pré-candidato Geraldo Alckmin, caso este concorra à Presidência.

Se, por exemplo, a Rede, de Marina, colocar todos os seus recursos do Fundo Eleitoral na campanha da ex-senadora, dez milhões e seiscentos mil reais aproximadamente seria o valor que ela teria para sua campanha. Soma-se a este cenário o pouco tempo de tevê que uma candidatura como a de Marina terá: oito segundos, se depender apenas da Rede Sustentabilidade. Com mais de dez pontos percentuais nas pesquisas de intenção de voto, a pré-candidata terá dificuldades para aumentar seu capital eleitoral caso não consiga uma coligação de tamanho considerável, que possa somar em força política, tempo de televisão e em recursos do Fundo Eleitoral.

O mesmo pode ocorrer com Bolsonaro, segundo colocado nas pesquisas: seu partido possui cerca de nove milhões de reais oriundos do Fundo Eleitoral e nove segundos de tempo de tevê. Quando se soma a essa conta o fato de que os partidos também terão despesas com outras candidaturas, a estrutura menor fica evidente e poderá ter influência nos resultados eleitorais. Candidatos como o deputado e a ex-senadora podem apostar nas redes sociais, que, embora sejam onerosas, custariam menos do que a campanha de rua. Também podem ter os valores aumentados caso consigam grande arrecadação por meio de crowdfunding.

Além do MDB, PT, PSDB, PSL e Rede, os outros partidos com pré-candidatos terão à disposição os seguintes montantes do Fundo Eleitoral, em valores aproximados: o DEM, de Rodrigo Maia, terá 89 milhões de reais; o PRB, de Flavio Rocha, 67 milhões; o PDT, de Ciro Gomes, 61 milhões; o Solidariedade, de Aldo Rebelo, quarenta milhões; o Podemos, de Álvaro Dias, 36 milhões; o PSC, de Paulo Rabello de Castro, também 36 milhões; o PC do B, de Manuela D'Ávila, 31 milhões; o PSOL, de Guilherme Boulos, 21 milhões, entre outros partidos menores.

Dos dez partidos com maior volume de recursos do Fundo Eleitoral, quatro não possuem pré-candidaturas, o que deve influir junto com o tempo de tevê, máquina partidária e capilaridade eleitoral na hora de formação das coligações e inclusive na desistência de pré-candidaturas: além do PP, supracitado, o PSB, por exemplo, possui a quinta maior

fatia, com aproximadamente 119 milhões de reais.

Lava Jato na desarticulação da candidatura Lula

Na sexta-feira (22 de junho), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin retirou da pauta da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal e arquivou o recurso do pedido de liberdade do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que seria julgado na terça-feira, dia 26.

Fachin justificou a decisão pelo fato de a vice-presidenta do TRF da 4ª Região (TRF-4), Maria de Fátima Freitas Labarrère, rejeitar o recurso extraordinário da defesa de recorrer ao STF contra a condenação do ex-Presidente na Operação Lava Jato. Segundo ele, “com efeito, a modificação do panorama processual interfere no espectro processual objeto de exame deste Supremo, revelando, por consequência, a prejudicialidade do pedido defensivo”, escreveu.

A defesa do ex-Presidente havia impetrado os recursos especial e extraordinário contra o acórdão que condenou Lula no caso do triplex do Guarujá. O recurso especial, conduzido ao STJ, e extraordinário, ao STF. Cabe ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de origem do processo, avaliar se os recursos atendem a requisitos mínimos para serem admitidos e julgados. Em ambos os recursos, a defesa sustenta a suspeição do juiz Sérgio Moro e alega a falta de provas para condenar o ex-Presidente.

A rejeição do recurso era esperada, mas a suspensão surpreendeu a defesa de Lula. “Esse é um fato absolutamente novo, precisamos saber qual o teor do despacho dele, como isso chegou ao Supremo. A velocidade (da decisão de Fachin – quarenta minutos após a homologação do STF) é espantosa, é uma coisa inédita”, disse o criminalista José Roberto Batochio, um dos advogados do ex-Presidente.

A defesa de Lula irá recorrer dessas decisões. Segundo o advogado Cristiano Zanin Martins, “a defesa do ex-Presidente Lula recorrerá das decisões proferidas em 22 de junho e estranha que o TRF-4 tenha analisado a admissibilidade do recurso extraordinário às vésperas do julgamento marcado pela presidência da 2ª Turma do STF para analisar o pedido de liberdade do ex-Presidente. A decisão do TRF-4 foi proferida poucas horas após a defe-

sa de Lula apresentar à vice-presidência da Corte memorial demonstrando a presença de todos os requisitos para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário”.

Em entrevista concedida à emissora de TV portuguesa RTP, o ministro do STF Marco Aurélio Mello criticou o entendimento da Corte de autorizar a prisão após condenação em segunda instância. Para ele, a decisão “fere um dos artigos da constituição”. Ele disse que a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é ilegal e viola a constituição brasileira.

Paralelamente, a presidência da Câmara dos Deputados pediu um estudo da assessoria técnica da Casa para avaliar a criação de CPI da Lava Jato, apresentada pelo PT sob o pretexto de investigar suspeitas de que escritórios de advocacia direcionaram depoimentos de delatores.

Últimas pesquisas de opinião pública

O ex-Presidente Lula (PT) é o pré-candidato à presidência da República mais aprovado pela população brasileira, com 45%, segundo a pesquisa Ipsos divulgada sábado (23 de junho). A aprovação de Jair Bolsonaro (PSL), segundo candidato nas pesquisas de intenção de voto, caiu de 23% para 20%, e sua desaprovação subiu de 60% para 64%.

Os demais pré-candidatos também têm altas taxas de rejeição. O mais desaprovado é Geraldo Alckmin (PSDB), com 70% de rejeição, enquanto apenas 18% aprovam o tucano. Ciro Gomes (PDT) tem 65% de rejeição e 20% de aprovação, enquanto Marina Silva (Rede) tem 63% de desaprovação e uma taxa de aprovação de 29%. O ex-prefeito Fernando Haddad, testado como eventual substituto de Lula pelo PT, tem reprovação de 57% e aprovação de 7%.

Embora não seja candidato, o juiz Sérgio Moro teve a imagem igualmente testada, e cresce sua rejeição entre a população brasileira. Sua desaprovação subiu de 47% em março para 55% em junho, enquanto a aprovação caiu de 44% para 37%. A pesquisa Barômetro Político Estadão-Ipsos não tem intenção de aferir intenção de voto, mas todos os meses analisa a opinião dos brasileiros e mede o quanto a população brasileira aprova ou desaprova a maneira como personalidades do mundo político e jurídico atuam no país.

Outra pesquisa do Instituto Análise, comandado por Alberto Carlos Almeida, cientista político, autor do livro *A cabeça do brasileiro*, revela que 65% da população avaliam, hoje, o governo que Lula fez entre 2003 e 2010 como “bom” e “ótimo”, um número semelhante àquele de quando ele estava no poder (66%, em 2004). Para o cientista político “a melhoria de vida durante o governo Lula permanece na memória”.

Na pesquisa do Datafolha, de 6 e 7 de junho, 55% da população acreditam que Lula não será candidato à presidência da República, mas esse número caiu de 62% em abril, e 49% são contra o veto de sua candidatura.

Dados da mesma pesquisa Datafolha, só divulgadas na última sexta-feira, 22 de junho, revelam que 32% da população brasileira consideram que o ex-Presidente Lula é o pré-candidato mais preparado para acelerar o crescimento da economia do país e reverter o cenário de estagnação econômica em que o golpe o mergulhou. Ao encerrar seu segundo mandato, após sete anos e onze meses de governo, Lula tinha aprovação de 83% dos brasileiros, a mais alta já alcançada por um presidente na série histórica do Datafolha, e uma taxa de crescimento do PIB de 7,6%, a maior desde 1985.

SOCIAL



Nesta seção, analisamos os últimos dados disponíveis referentes ao mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), que mostram que a política econômica do governo Temer e a Reforma Trabalhista também realizada pelo governo golpista não estão sendo capazes de estimular o mercado de trabalho brasileiro, reduzir as desigualdades regionais ou ampliar direitos para a maioria que vive do trabalho no país. Pelo contrário.

PNAD Contínua

Os últimos dados da PnadC do IBGE, referentes ao trimestre de fevereiro a abril de 2018, mostram uma taxa de desocupação de 12,9% naquele trimestre móvel, 0,7 ponto percentual (p.p.) maior que no trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018 (12,2%), mas 0,7 p.p. menor do que de fevereiro a abril de 2017 (13,6%). Nos próximos dias, o IBGE deve publicar os resultados do trimestre de março a maio de 2018.

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a queda do desemprego ocorre com a diminuição da população desocupada (seiscentas mil pessoas) e aumento da ocupada (um milhão e meio de pessoas), em especial com a queda do emprego com carteira assinada (seiscentas mil pessoas) e aumento do emprego sem carteira assinada (seiscentas mil pessoas). Em relação ao ano anterior, também houve aumento dos trabalhadores chamados “por conta própria” (750 mil pessoas), uma expressão da ampliação da precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Quanto à questão regional, os dados mostram que em maio a Região Sul teve perda de postos formais, enquanto em 2018, até agora, o Nordeste perdeu postos formais e as outras regiões ganharam. No acumulado de doze meses, todas as regiões têm saldo positivo. Em valor absoluto, os maiores valores em maio de 2018 foram gerados por Minas Gerais, São Paulo e Bahia, ao passo que Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro foram as unidades da Federação que mais perderam postos.

Os dados mostram a incapacidade da política econômica do governo atual de criar empregos de qualidade para a população brasileira. A “solução mágica” da Reforma Trabalhista não tem surtido efeito, como mostram os dados, pois mesmo com a perda de direitos dos trabalhadores isso não tem levado à geração de mais empregos. O que leva à criação de mais empregos é crescimento econômico, o que este governo não tem conseguido entregar.

Caged

Os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de maio de 2018, mostram uma desaceleração da criação de empregos formais na economia brasileira. No ano, os dados mostram que o Brasil já acumula a criação de quase 350 mil empregos formais (saldo), sendo que quase um terço desses empregos foi gerado em abril, quando houve a criação de 115 mil postos de trabalho formais (saldo). Mas, em maio de 2018, a geração de empregos formais desacelerou, alcançando a marca de 33 mil empregos formais gerados neste mês, abaixo dos 34 mil empregos formais gerados em maio de 2017 (sem ajuste). Essa desaceleração está relacionada à crise dos combustíveis, mas também à incapacidade da política econômica de promover um crescimento sustentado e com empregos de qualidade, fato agravado pela Reforma Trabalhista.

Além disso, os salários dos trabalhadores desligados têm superado os salários dos trabalhadores contratados, o que afeta o poder de compra.

Impactos da Reforma Trabalhista

A Reforma Trabalhista completou seis meses de vigência, mas seus primeiros efeitos são de difícil mensuração, em especial pela cautela das empresas em aplicá-la e pelos problemas estatísticos gerados, especialmente com a formalização de contratos anteriormente considerados fraudulentos e pelos problemas com a mensuração da desocupação. Pois, por exemplo, um intermitente, em tese, possui vínculo ativo de emprego¹ mesmo se não for convocado a realizar serviços por mais de um ano.

O que os dados mostram efetivamente:

1. O saldo de empregos formais não aponta para recuperação dos níveis de ocupação nos níveis pré-crise: o Brasil está longe dos níveis de emprego de 2014 e os brasileiros notam isso no seu dia a dia.

2. A Reforma criou um novo tipo de desligamento, a demissão por “comum acordo”, que retira parte dos direitos do trabalhador quanto à movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acesso ao seguro-desemprego etc. De janeiro a abril já foram realizados 52.898 desligamentos nesta modalidade, afetando principalmente o setor de serviços (em especial vendedores de comércio varejista e faxineiros). Quase 80% dos desligamentos por comum acordo ocorreram para trabalhadores com nível de escolaridade até o Ensino Médio. Já em maio de 2018 ocorreram quase quinze mil desligamentos nessa modalidade.

3. Desde a promulgação da Reforma Trabalhista, foram contratados quase dezessete mil trabalhadores como intermitentes, em especial no comércio, nos serviços e na construção civil. Só em maio de 2018 foram mais de três mil, sendo um terço no estado de São Paulo. Mais de 90% dos trabalhadores contratados por essa modalidade têm até o Ensino Médio.

Assim, percebe-se que a Reforma não conseguiu gerar empregos e devolver o Brasil ao patamar pré-crise, como era propagandeado, e que a Reforma tem afetado mais os setores marcados por baixos salários e alta rotatividade, além de retirar direitos dos trabalhadores.

Com o reflexo da crise dos combustíveis e da Copa do Mundo, que reduzem a atividade econômica no país, o panorama atual não é animador para a atividade econômica e geração de emprego, que dirá para a geração de empregos de qualidade.

1. Como discutido no texto de Barbara Vallejos, Euzébio Jorge Silveira de Souza e Ana Luíza Matos de Oliveira “Seis meses de Reforma Trabalhista: um balanço” (goo.gl/sD7L5P)

ECONOMIA



Os últimos dados relativos ao nível de atividade revelam ainda um quadro de estagnação da economia brasileira, com os indicadores setoriais oscilando entre si, sem que se possa enxergar uma trajetória definida. Enquanto a indústria deu mostras de leve aquecimento, o comércio ficou estável e os serviços voltaram a cair, após algumas variações positivas nos meses anteriores. Apesar da gravidade da situação, contudo, o governo golpista age no sentido contrário, executa uma política monetária excessivamente cautelosa, insiste com a contraproducente austeridade fiscal e, para apagar o incêndio, anuncia a intenção de uma gigantesca pedalada fiscal por meio de um resgate de 180 bilhões de reais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nível de Atividade

Depois de registrar um crescimento do PIB de apenas 0,4% no primeiro trimestre de 2018, ao que tudo indica a economia brasileira deverá permanecer em ritmo fraco no segundo trimestre, razão pela qual as estimativas do mercado para o PIB de 2018 já oscilam em torno de 1,55% (pesquisa Focus), quase metade do que era dado como certo há apenas dois meses.

É verdade que no mês de abril os indicadores setoriais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vieram todos no campo positivo, sinalizando que talvez a economia começasse a reagir a partir do segundo trimestre. O comércio varejista, com um crescimento de 1% sobre o mês anterior, foi o setor com maior destaque, acumulando uma alta de 3,4% no quadrimestre. No conceito de comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos automotores, partes e peças e

também materiais de construção, o crescimento foi ainda mais substantivo, variando 1,3% no mês e 7,4% no acumulado do ano.

Já nos outros dois setores de atividade, a passagem de março para abril também foi de números positivos. A produção industrial registrou uma alta de 0,8%, puxada pela produção de máquinas e equipamentos, enquanto o volume de serviços cresceu 1%, o primeiro resultado positivo para o setor neste ano.

Contudo, apesar da melhora observada nos indicadores setoriais do mês de abril, infelizmente a crise nos transportes provocada pela equivocada política de preços dos combustíveis adotada pelo governo Temer resultou em perdas econômicas para diversos segmentos produtivos, o que deverá abortar o ensaio de recuperação que era vislumbrado na passagem do primeiro para o segundo trimestre do presente.

Sob o comando do tucano Pedro Parente, desde o

golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, a Petrobras passou a manejar os preços dos combustíveis focada apenas nos retornos de curto prazo para seus acionistas minoritários e, consequentemente, onerou o resto da economia brasileira.

De fato, conforme se pode observar na evolução dos distintos indicadores apresentados na tabela 1, embora entre os meses de março e abril se pudesse perceber em muitos deles alguma melhora em relação aos dois primeiros meses do ano, aqueles que já dispõem de medição para o mês de maio sina-

lizam uma contração significativa, muito provavelmente relacionada aos dez dias de paralisação dos caminhoneiros. A expedição de papelão ondulado, por exemplo, que é usualmente considerada como uma medida que antecede o volume da produção, caiu de um índice de 100,17 em abril para 77,57 em maio, assim como caíram as consultas ao SPC (de 96,48 para 95,63) e ao Serasa (de 103,83 para 101,39). Além disso, como era de se esperar, o tráfego de veículos pesados nas estradas pedagiadas também sofreu um forte baque, caindo 28% de abril para maio.

INDICADORES DA CONJUNTURA ECONÔMICA

(Base: dezembro de 2017 = 100)

	Produção industrial			Expedição papelão ondulado	Produção de aço bruto	Tráfego de veículos pesados em estradas pedagiadas	Produção de insumos da construção civil	Consultas ao SPC (SP)	Consultas ao Serasa	Vendas reais (Abras)
	Total	Ind. Transform.	Extrativa Mineral							
Dez	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jan	97,91	97,66	103,77	100,48	96,88	99,40	97,89	98,46	100,56	101,91
Fev	98,02	97,44	98,98	100,01	97,86	97,99	97,63	99,85	102,52	101,32
Mar	97,91	97,77	102,14	101,24	100,88	99,46	97,41	98,21	104,01	103,29
Abr	98,68	98,55	102,14	100,17	98,14	99,30	96,76	96,48	103,83	103,37
Mai	-	-	-	77,57	-	71,82	-	95,63	101,39	-

Fonte: ABCR, ABPO, ABRAS, ACSP, ANP, CNI, FGV, IAB, IBGE, SERASA

Inflação e política monetária

Depois de registrar um crescimento do PIB de apenas 0,4% no primeiro trimestre de 2018, ao que tudo indica a economia brasileira deverá permanecer em ritmo fraco no segundo trimestre, razão pela qual as estimativas do mercado para o PIB de 2018 já oscilam em torno de 1,55% (pesquisa Focus), quase metade do que era dado como certo há apenas dois meses.

É verdade que no mês de abril os indicadores setoriais pesquisados pelo IBGE vieram todos no campo positivo, sinalizando que talvez a economia começasse a reagir a partir do segundo trimestre. O comércio varejista, com um crescimento de 1% sobre o mês anterior, foi o setor com maior destaque, acumulando uma alta de 3,4% no quadrimestre. No conceito de comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos automotores, partes e peças e também materiais de construção, o crescimento foi ainda mais substantivo, variando 1,3%

no mês e 7,4% no acumulado do ano.

Já nos outros dois setores de atividade, a passagem de março para abril também foi de números positivos. A produção industrial registrou uma alta de 0,8%, puxada pela produção de máquinas e equipamentos, enquanto o volume de serviços cresceu 1%, o primeiro resultado positivo para o setor neste ano.

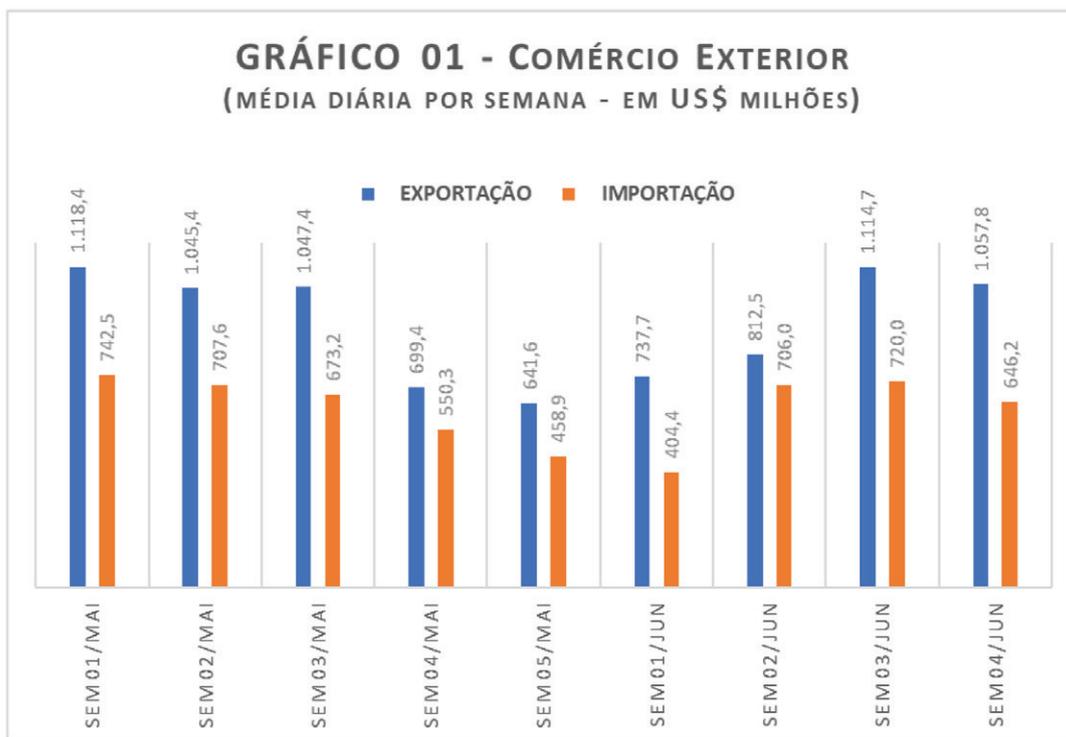
Comércio Exterior

Também por conta da crise dos combustíveis e da consequente paralisação de onze dias dos transportes de carga que afetou o país a partir de meados de maio, as exportações brasileiras registraram uma queda de 2,8% no mês de maio quando comparado ao mesmo mês do ano anterior – a primeira queda neste comparativo desde dezembro de 2016. Como, pelo lado das importações, o valor total registrado em maio de 2018 ficou em patamar muito mais elevado do que o verificado um ano antes

(+9,3%), o saldo comercial do último mês de maio caiu 22% em relação àquele registrado em 2017.

Observando-se mais especificamente o comportamento do nosso comércio exterior nas últimas semanas (veja gráfico 1), percebe-se que as médias diárias de mercadorias transacionadas caíram sensivelmente por praticamente quatro semanas, entre as duas últimas de maio e as duas primeiras

de junho. As exportações, que vinham registrando um valor médio diário de 1,07 bilhão de dólares até a terceira semana de maio, encolheram para uma média de 723 milhões de dólares por dia nas quatro semanas seguintes. Já as importações, que vinham girando à uma média diária em torno de 708 milhões de dólares, reduziram-se em menor intensidade para uma média de 530 milhões de dólares diários.



Fonte: SECEX/MDIC

Ou seja, ao longo das quatro semanas que registraram fluxo comercial reduzido, o saldo comercial diário registrou uma perda média de 170 milhões de dólares, o que deverá impactar o resultado anual da balança comercial brasileira em cerca de 3,4 bilhões de dólares.

Contas Públicas

Diferentemente do que ocorreu em outras dimensões da economia brasileira, as contas públicas foram beneficiadas pela volatilidade de alguns preços-chave que atingiu o país nas últimas semanas.

Por um lado, a forte desvalorização do real que vem

sendo observada desde meados de março traz algum alívio ao resultado fiscal do governo central na medida em que o Tesouro Nacional deverá receber do Banco Central algumas dezenas de bilhões de reais relativos ao crescimento do valor contábil das nossas reservas internacionais. Mesmo que haja alguma perda com o pagamento de juros associados ao aumento das vendas de swaps cambiais, os repasses do BC para o Tesouro a título de valorização das reservas são significativamente maiores, mais do que compensando eventuais prejuízos com as iniciativas de intervenção no câmbio – note-se que, enquanto o custo financeiro com as operações de swap cambial chegou a 6,9 bilhões de reais no acu-

mulado no ano até o mês de maio, o “lucro” contábil com a desvalorização do real e que deverá ser repassado do BC para o Tesouro Nacional acumula um saldo de 106 bilhões de reais no mesmo período.

Por outro lado, o repique inflacionário que foi apurado na passagem do mês de maio para junho, em grande medida decorrente da paralisação dos transportes, também deverá dar algum alívio às contas do governo. Como a inflação anual calculada pelo IPCA está agora estimada em 4%, haverá alguma folga orçamentária em relação ao que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, à qual considerava uma inflação anual de 3%. Ou seja, por conta da elevação dos preços em

cerca de um ponto percentual acima do que estava previsto originalmente, as receitas públicas deverão apresentar algum aumento extraordinário ao longo do ano, o que poderá alcançar cerca de sete bilhões de reais adicionais.

Por conta desses imprevistos, portanto, fica cada vez mais afastada a possibilidade de o governo deixar de cumprir a regra de ouro (que impede o endividamento público para financiar gastos correntes) em 2018, até mesmo porque, pelo lado das despesas, seja por incompetência, seja por ideologia, o governo federal tem conseguido executar menos do que estava previsto na LDO

TERRITORIAL



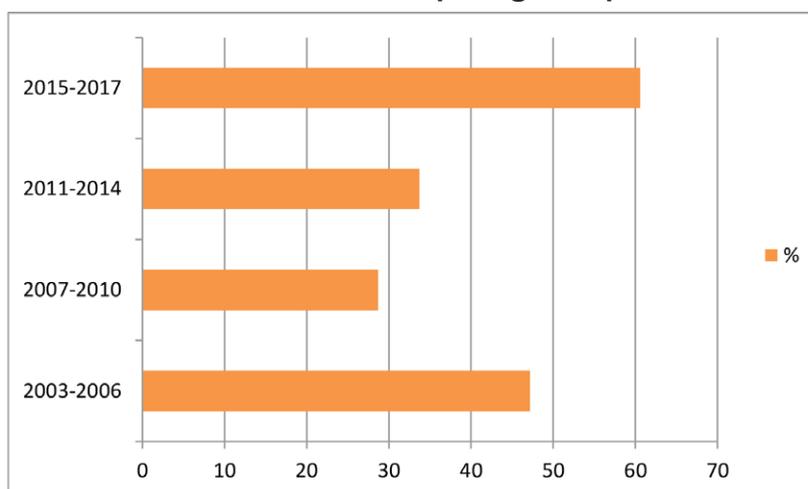
O período pós-golpe foi marcado pelo aumento da violência no campo. Em 2016, o Brasil foi o país do mundo com maior número de assassinatos no meio rural. Em 2017, os conflitos no campo totalizaram 1.431 ocorrências, fruto da desestruturação da política agrária e rural brasileira pelo governo ilegítimo de Temer. A violência no campo esteve acompanhada de redução ao combate do trabalho escravo, paralisação da reforma agrária e pela não demarcação de terras indígenas.

Violência no campo aumentou após o golpe

O período pós-golpe iniciado pela presença ilegítima de Michel Temer na presidência da República vem sendo caracterizado por um conjunto de medidas que representam retrocesso para a política agrária e rural brasileira. Os retrocessos ocorridos nesse período manifestaram-se por meio de mudanças institucionais, legais e orçamentárias da política rural, que por sua vez culminaram em elevação da violência no campo.

Ao comparar o período de 2015-2017, caracterizado como de mudança política, com períodos anteriores percebe-se o aumento da violência no país. No período 2015-2017, a média anual de assassinatos saltou para 60,6. No período 2003-2006, primeira gestão do presidente Lula, a média foi de 47,2 assassinatos; no período 2007-2010, segunda gestão de Lula, a média era de 28,7 assassinatos; e no período 2011-2014, a média do governo Dilma foi de 33,7 assassinatos.

Gráfico 1 – Evolução dos assassinatos no campo segundo períodos. Brasil, 2003-2017



Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

Retrocessos na política rural e agrária brasileira

O período pós-golpe foi marcado pela redução do combate ao trabalho escravo, pelo aumento dos conflitos no campo, paralisação da reforma agrária e estagnação da demarcação de terras indígenas. Enquanto isso, a pauta do Congresso e do governo serve para favorecer interesses do agronegócio e de grandes corporações da indústria química de defensivos.

A política de favorecimento dos grandes proprietários de terra vem colocando o Brasil em posição negativa em relação aos conflitos pela terra e pelas mortes deles decorrentes. Segundo o relatório *“Defender la Tierra: Asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016”*, produzido pela organização sem fins lucrativos *Global Witness*, a violência no campo vem aumentando de forma global no período recente e o Brasil foi o país do mundo com maior número de homicídios no campo em 2016. Foram registradas duzentas mortes em 24 países diferentes, o que significou uma elevação de 10% das mortes em relação ao ano anterior.

Em relação ao aspecto institucional houve grande desestruturação das ações públicas da agricultura familiar com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016. O antigo ministério se reduziu a recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário alocada na Casa Civil da Presidência da República e loteada pelo Partido Solidariedade.

No que se refere aos aspectos legislativos houve um conjunto de Leis e Projetos de Lei a favor da bancada ruralista. Entre elas destaca-se a Lei nº 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmata-

mento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também coloca em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do Incra no apoio às famílias assentadas.

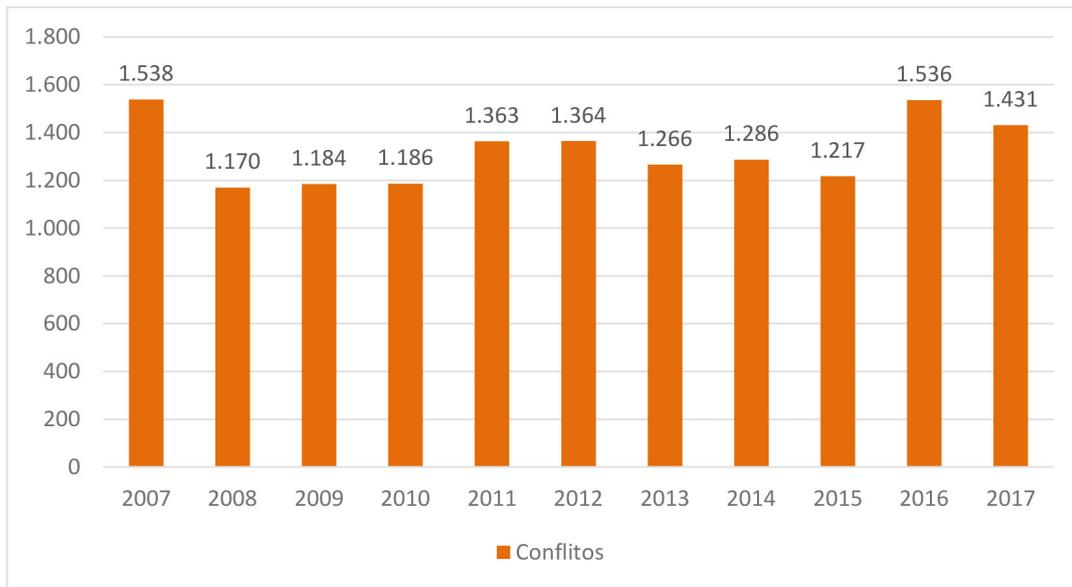
Além disso, chama-se a atenção para a articulação da Bancada Ruralista do Congresso Nacional em emplacar o PL 6.229/2002, conhecido como “Pacote do Veneno”. Essa iniciativa visa desregular e flexibilizar o uso dos agrotóxicos no Brasil, colocando em segundo plano a proteção à saúde dos cidadãos perante o consumo de alimentos e também o convívio sustentável com o meio ambiente.

Do ponto de vista dos aspectos orçamentários, o governo golpista abandonou as diretrizes de fomento a um desenvolvimento sustentável no campo e de fortalecimento da agricultura familiar. As leis orçamentárias pós-golpe apontam para diminuição significativa nos recursos destinados ao acesso a terra, ao crédito produtivo rural, para a assistência técnica e extensão rural e para infraestrutura voltada aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Evolução dos conflitos no campo no Brasil

A mensuração da violência no campo inclui conflitos pela terra, pelo trabalho (em especial trabalho escravo e superexploração) e pela água. A partir dos dados do estudo “Conflitos no Campo Brasil” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra apresenta-se a evolução dos conflitos no campo no período 2007-2017. Em 2017, totalizaram 1.431 ocorrências, o segundo maior pico de ocorrências desde 2007, perdendo apenas para o ano de 2016 - fato que mostra que o período pós-golpe foi o mais violento dos últimos dez anos para a população do campo.

Gráfico 2 – Evolução de ocorrências de conflitos no campo. Brasil, 2007-2017

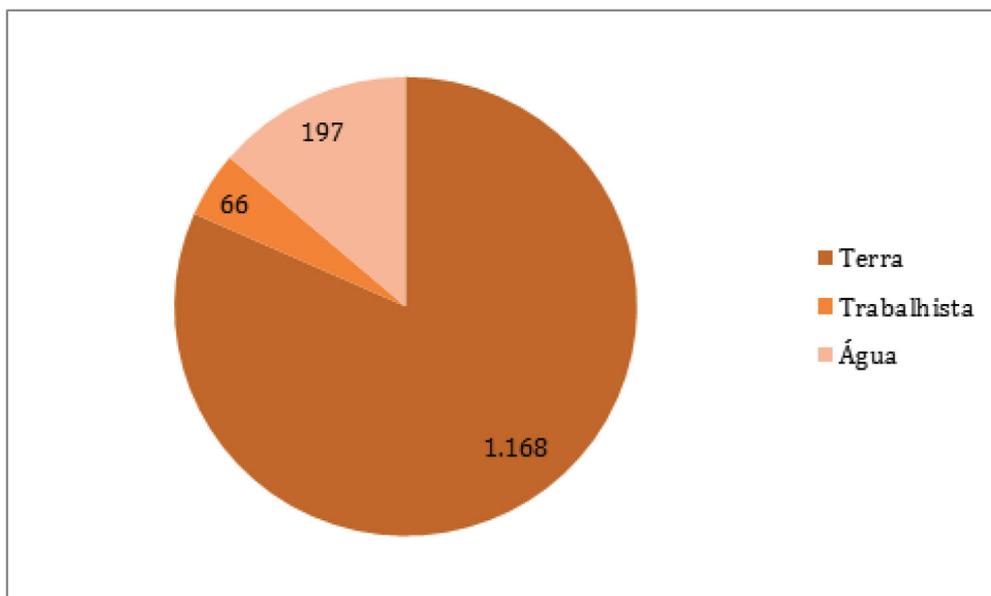


Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

Em 2017, as ocorrências de conflitos no campo se distribuíram entre conflitos pela terra (1.168 ocorrências),

conflitos trabalhistas (66 ocorrências) e conflitos pela água (197 ocorrências).

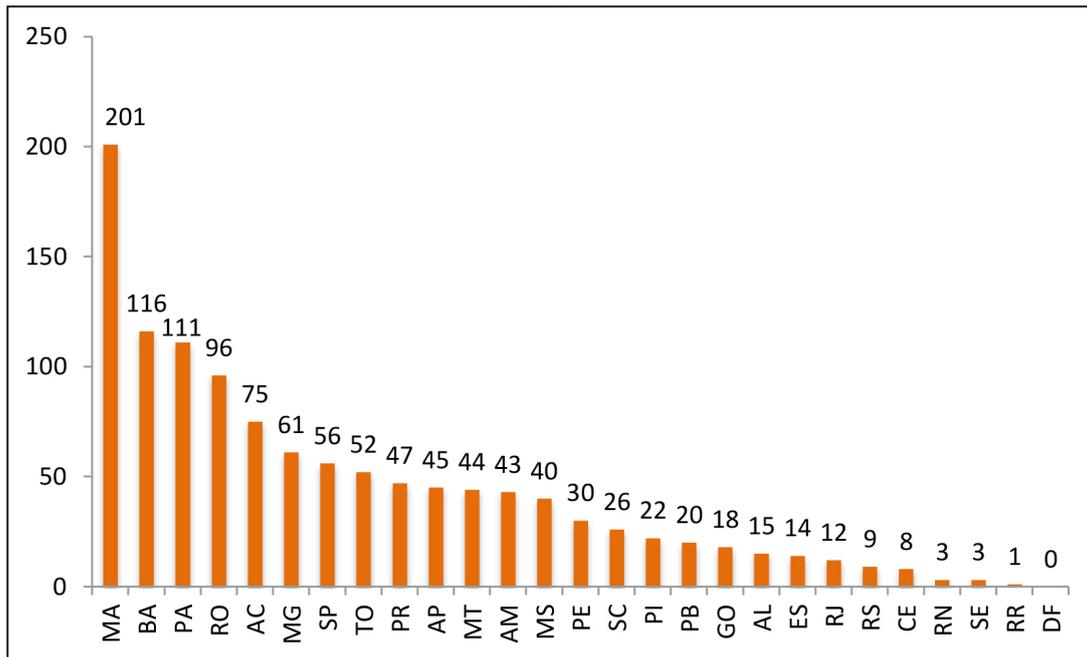
Gráfico 3 - Conflitos no campo segundo tipo de ocorrência. Brasil, 2017



Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

O gráfico a seguir aponta a distribuição dos conflitos pela terra caracterizado pela violência contra ocupação e posse nas unidades federativas brasileiras. Entre os dados registrados em 2017, foi relevante notar que alguns estados têm uma representação muito forte em

materia de conflitos no campo. Do total de ocorrências territorializadas, 17,2% dos conflitos ocorreram no Maranhão. Por sua vez, os estados da Bahia e Pará representaram, respectivamente, 9,9% e 9,5% do total de ocorrências do país.

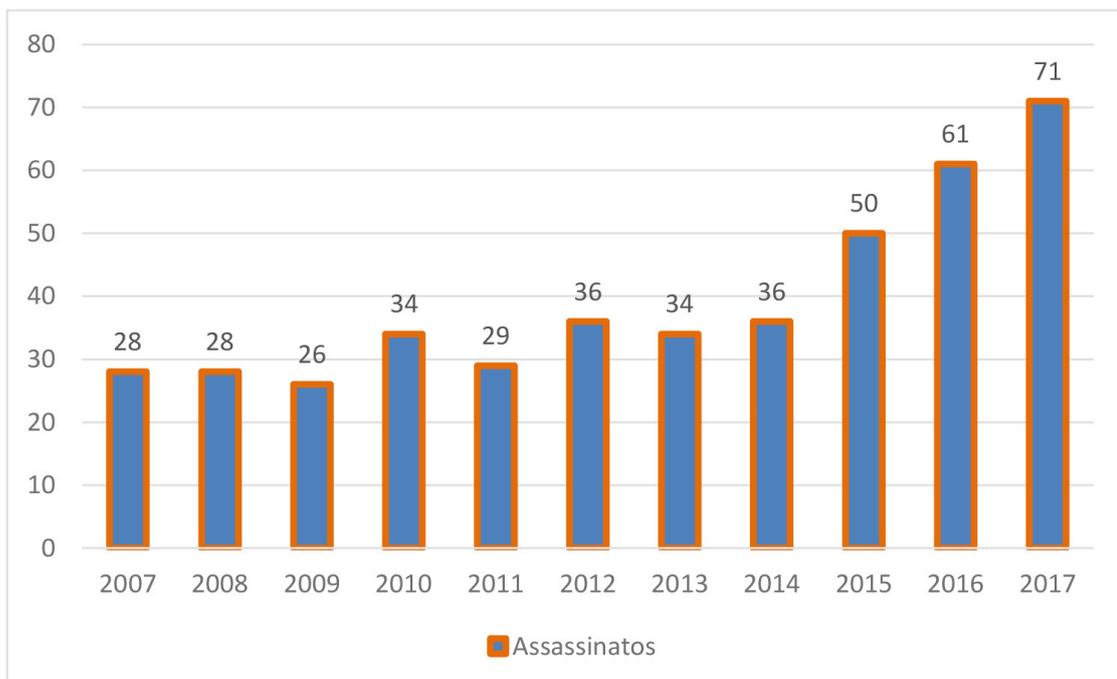
Gráfico 4 – Distribuição dos conflitos no campo segundo unidades federativas. Brasil, 2017

Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018

Evolução dos assassinatos no campo

Ao observar os conflitos no campo pela ótica dos assassinatos ocorridos entre 2007 e 2017, percebem-se os efeitos negativos da política implementada no

período pós-golpe. Em 2017, foram registrados 71 assassinatos (maior quantidade dos últimos dez anos), sendo 16,4% maior que em 2016, quando houve o registro de 61 assassinatos e é praticamente o dobro de 2014, que registrou 36 assassinatos.

Gráfico 5 – Evolução dos assassinatos no campo. Brasil, 2007-2017

Fonte: Elaboração própria a partir da Comissão Pastoral da Terra, 2018.

Em 2017, ao estabelecer uma relação entre assassinatos versus conflitos no campo nota-se que a quantidade representou um assassinato a cada vinte conflitos, enquanto em 2016, representava um assassinato a cada 25 conflitos.

Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra, além dos assassinatos, praticamente todas as demais

formas de violência contra a pessoa aumentaram em comparação a 2016. As tentativas de assassinato elevaram de 74 para 120 ocorrências – um aumento de 63% correspondente a uma tentativa de homicídio a cada três dias. As ameaças de morte aumentaram de duzentas para 226. O número de torturados passou de um para seis registros. Por fim, a quantidade de presos aumentou de 228 para 263 pessoas.

COMUNICAÇÃO



Esta seção faz uma análise do Brasil na imprensa internacional, que destacou como principal assunto a greve dos caminhoneiros. Também aborda o posicionamento editorial da imprensa comercial em relação à absolvição da senadora e presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, pelo Supremo Tribunal Federal, e o uso do Instagram pelos pré-candidatos.

Greve dos caminhoneiros na imprensa estrangeira

No último período, o assunto que os jornais estrangeiros mais trabalharam sobre o Brasil foi a greve dos caminhoneiros. Essas coberturas, que renderam diversas notícias ofereciam aos seus leitores o acompanhamento do desenrolar dos fatos, mas poucas análises. Algumas questões acabaram sobressaindo em veículos tanto da Europa quanto dos Estados Unidos: a fragilidade do governo de Michel Temer e o apelo que existiu para a intervenção dos militares.

O jornal francês *Le Monde*, por exemplo, entendeu a decisão de Michel Temer de lançar mão dos militares para resolver a crise como um ato autoritário que coloca em evidência a fragilidade de um governo próximo de seu fim e historicamente impopular. O texto ainda afirma que “Temer se mostra incapaz de dialogar com a sociedade e o Exército é seu único recurso”.

O artigo publicado no jornal francês também afirma que a gestão da crise com os caminhoneiros foi fortemente criticada tanto pela direita quanto pela

esquerda. O *Le Monde* tem razão na sua constatação, mas infelizmente não se aprofunda sobre as diferenças entre a esquerda e a direita brasileiras.

Já sobre o ex-presidente da Petrobras Pedro Parente, que pediu demissão, um outro artigo afirma que ele quis gerir a empresa como se ela fosse uma sociedade privada e não mais como um bem do Estado. O periódico traz a opinião da economista Laura Carvalho, identificada como professora da USP, “o governo anterior subvencionou de forma excessiva os preços achando que assim controlaria a inflação, mas a política de Pedro Parente foi no excesso inverso e provocou uma volatilidade extrema”. Novamente, como no período anterior à condução coercitiva do ex-Presidente Lula, os jornais estrangeiros trabalham sem investigar os meandros da política e da sociedade brasileiras.

O jornal estadunidense *New York Times* não se preocupou em analisar a força do governo Michel Temer, mas apontou que a situação gerada pela

greve dos caminhoneiros coloca mais incerteza no cenário político brasileiro, assim como no mercado financeiro, que não consegue traçar o futuro do país. A demissão de Pedro Parente foi relatada pelo jornal indicando que, a partir de então, a incerteza estaria pairando sobre a indústria do petróleo no Brasil. A visão é mercadológica, não se preocupa com o contexto dos cidadãos e ignora informações que já circularam pelas páginas do próprio jornal, como a de que o núcleo patrimonial do Estado brasileiro, o setor energético, estava na mira das ações da Operação Lava Jato.

O jornal britânico *The Guardian* também acompanhou a greve, mas demonstrou mais preocupação com a politização no movimento dos caminhoneiros que pedia “intervenção militar”. O artigo demonstra perplexidade com esse desejo, mesmo que este seja de apenas uma parcela específica da sociedade. Depoimentos de vítimas de torturas são utilizados na reportagem para expressar o horror dos anos sob o comando dos militares. Os documentos revelados pela CIA recentemente – apontando a existência de corrupção e de repressão com o conhecimento da alta cúpula daqueles governos – também foram mencionados. Jornais da Espanha, Portugal, Alemanha e da América Latina também noticiaram os acontecimentos relacionados à greve, mas sem diferenças com relação ao que foi trabalhado por estes jornais.

De maneira geral, o noticiário sobre o Brasil em jornais estrangeiros tem sido bem semelhante. A instabilidade política e a incerteza sobre o que pode ocorrer no país durante o próximo processo eleitoral continua a ser um tema constante. Nesse quesito, sempre surge o nome do ex-Presidente Lula. Os jornais não cravam que Lula seja um político corrupto e também não dizem que ele é vítima de uma injustiça. Nas publicações costumam estar sempre presentes as duas alegações, o que pode ser compreendido como um sinal de que os motivos para a condenação de Lula não convenceram ninguém. No entanto, por enquanto, continua tendo a aprovação do Judiciário.

Difícilmente órgãos de imprensa vão discordar do Poder Judiciário, somente se houvesse uma grande contestação de entidades internacionais de peso.

A página da venezuelana *Telesur* noticiou o resultado da pesquisa de opinião que aponta o ex-Presidente como sendo o pré-candidato com mais capacidade de resolver a crise econômica do país. Em todas as publicações que mencionam o cenário eleitoral sempre se faz menção ao fato de Lula ser o primeiro nas pesquisas. Essa informação sempre vem acompanhada da alegação da defesa: Lula é vítima de uma perseguição política e os seus adversários querem impedi-lo de concorrer no processo eleitoral. Tem sido recorrente porque, em função da Copa do Mundo, a política brasileira ocupa os holofotes da imprensa internacional. Primeiro, pelo próprio Lula. Diversos jornais noticiaram que ele está redigindo suas impressões sobre os jogos e que essas são lidas pelo jornalista José Trajano em um programa veiculado na TVT. Nem todas as publicações são positivas.

Nos jornais franceses, por exemplo, colocou-se em dúvida se Lula está tentando não cair no esquecimento e, para isso, apela a esse tipo de recurso. As perspectivas apresentadas nos jornais *Le Monde* e *Libération* são demasiadamente simplistas e não conseguem abordar a complexidade do momento político do país e de como o “combate à corrupção” tem sido utilizado, ao mesmo tempo, para a implantação de políticas neoliberais e para o apagamento das virtudes das políticas aplicadas pelos governos petistas.

O outro ponto relacionado à Copa do Mundo que tem chamado a atenção dos jornais estrangeiros é a falta de animação dos brasileiros com o torneio e também a falta de vontade de utilizar a camisa amarela. De acordo com as publicações, o brasileiro tem estado mais preocupado com a política do que com o futebol e nem a seleção brasileira foi capaz de reconciliar o país “profundamente dividido”. A pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha, que revelou o desinteresse da maioria dos brasileiros pela Copa, é citada em todas as notícias. O último dos pontos sobre o tema que tem gerado reflexões sobre o momento do país é a camiseta da seleção. Jornais dos Estados Unidos e da Europa identificaram que o uniforme se tornou, nos últimos anos, um símbolo político de movimentos de direita e, em função disso, existe um número considerável de pessoas que se recusam a utilizá-lo ou vestem camisetas alternativas.

O caso Gleisi sob a ótica da imprensa comercial

Os principais diários da imprensa comercial publicaram posições divergentes em relação à absolvição da senadora Gleisi Hoffmann pelo Supremo Tribunal Federal, porém, ambos tentaram legitimar a Operação Lava Jato com seus argumentos.

Enquanto o *Estadão* responsabilizou o Ministério Público pela atual indústria de delações premiadas instituída pela Justiça, sem mencionar, contudo que ela tem o objetivo de fazer perseguições políticas, a *Folha de São Paulo* usou a decisão para defender as condenações que apresenta como isentas da Lava Jato. Nenhum veículo, contudo, fez autocrítica em relação ao espaço e apoio que tal procedimento recebeu nos últimos anos da imprensa tradicional.

Em editorial publicado no dia 21 de junho “Apenas delações”, o jornal *O Estado de S.Paulo* alerta que o Ministério Público presta desserviço ao país ao apresentar denúncias com base em apenas delações. “No processo contra a senadora petista, há ainda outro aspecto preocupante. Ao longo de toda a ação penal a PGR não trouxe nenhum elemento probatório além do que já estava na denúncia, ou seja, as informações oriundas de delatores. Tem-se, assim, um trabalho duplamente mal feito: além de apresentar uma acusação fraca, só com delações, a PGR depois nada acrescenta para provar suas acusações, como se o seu trabalho se encerrasse com a denúncia. Não foi feito trabalho de investigação que prestasse para os fins pretendidos.”

O *Estadão* ainda recapitulou o arquivamento recente de um inquérito eleitoral que envolveu o ex-ministro Aloizio Mercadante com base na delação do empreiteiro Ricardo Pessoa. A conclusão do texto é que se multiplicam os casos em que as reputações são destruídas pelo grande estardalhaço em torno de delações que futuramente não se comprovam. O referido estardalhaço, contudo, só ocorre devido à cobertura pouco profissional de veículos como o *Estadão*, que não dão espaço para o contraponto.

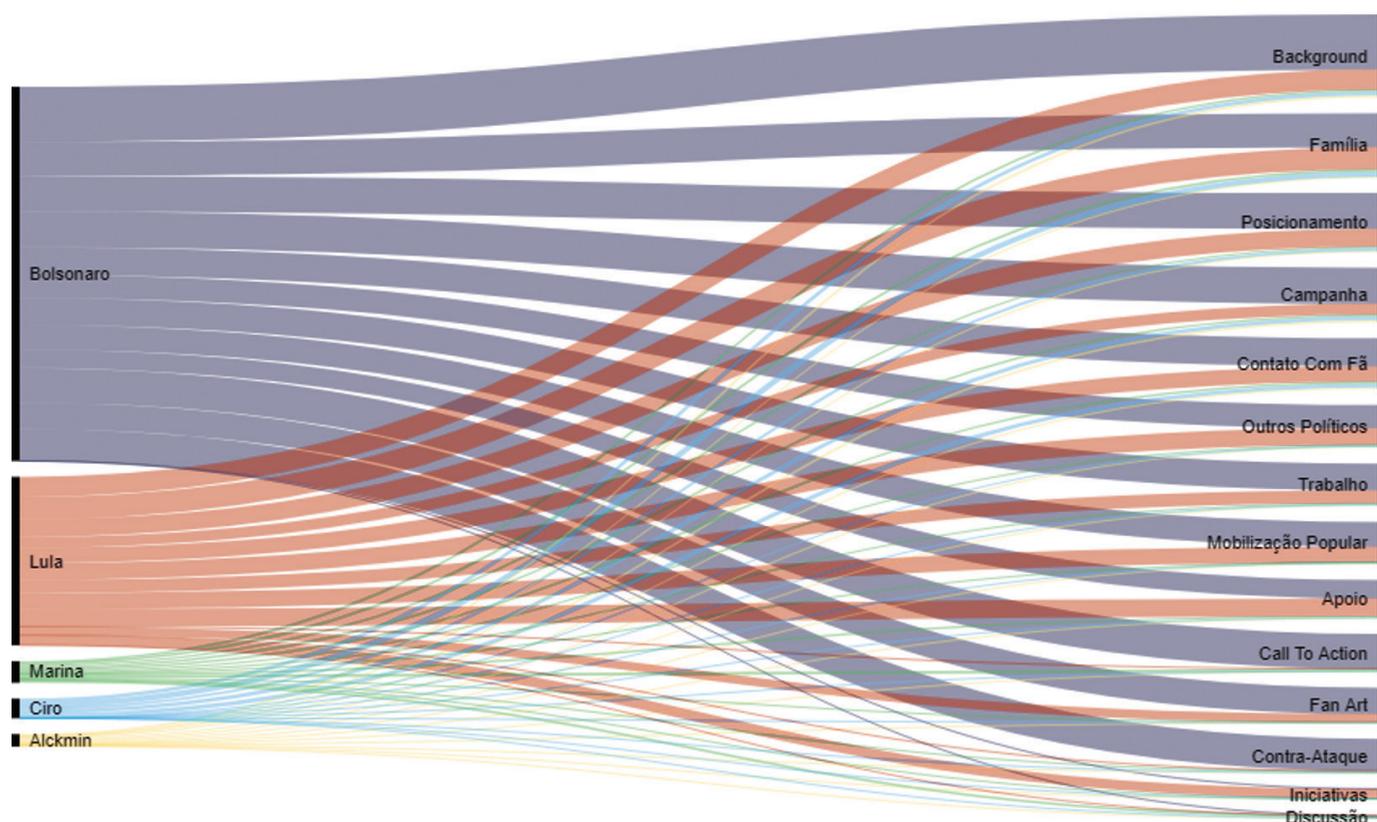
A *Folha de S.Paulo* também publicou um editorial sobre a absolvição de Gleisi, “Delação não basta”, no qual aproveita para defender o Supremo Tribunal Federal e as condenações da Operação Lava Jato. No trecho a seguir, nega a tese de que este tenha condenado sem provas. De acordo com o jornal, em algumas acusações do Ministério Público não houve comprovação, mas o mesmo não ocorre no Supremo: “... não há nenhuma indicação de que o Supremo esteja disposto a condenar sem provas documentais ou indícios decisivos de corrupção. Outros processos contaram com evidências consistentes – e cabe à corte acelerar o exame daqueles que, graças ao foro especial, estão sob sua responsabilidade”, conclui o texto.

Os pré-candidatos à Presidência no Instagram

O Instagram também vem ganhando relevância no cenário político. O pesquisador sueco Kirillilimonov, em extensa investigação sobre o assunto, elencou que tem sido utilizado estrategicamente em campanhas políticas com os objetivos de “disseminar as mensagens das campanhas; ajudar a mobilizar eleitores; gerenciar a imagem do candidato e; amplificar e complementar outros canais”.

Nesse cenário, foi feito o questionamento: como os pré-candidatos à Presidência do Brasil estão se apresentando no Instagram? Assim, passaram por análise as imagens e vídeos publicados em 2018 nos perfis do Instagram dos pré-candidatos à presidência: Lula, Jair Bolsonaro, Marina Silva, Ciro Gomes e Geraldo Alckmin. Posteriormente, foi observado o aparato imagético de cada pré-candidato.

A visualização das imagens publicadas pelos candidatos em rede permitiu identificar os diferentes formatos, enquadramentos e temáticas acionadas em seus perfis. Lula e Ciro Gomes apresentam imagens mais “fotográficas”, enquanto Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin utilizam-se imageticamente de textos para reforçar as suas posições.



No gráfico acima, os pré-candidatos conectam-se com os diversos temas abordados em suas contas: Background, Família, Posicionamento, Campanha, Contato com Fã, Outros Políticos, Trabalho, Mobilização Popular, Apoio, Call To Action, Fan Art, Contra Ataque, Iniciativas e Discussão.

De modo geral, ainda que indiretamente, todos já utilizam a ferramenta para fazer um trabalho de pré-campanha dentro das duas narrativas políticas. Geraldo Alckmin, por exemplo, ao explicitamente anunciar o desejo pelo cargo por meio de hashtags, faz questão de pontuar feitos, realizações e iniciativas – ainda que vagas, incompletas ou inacabadas – enquanto governador de São Paulo. Jair Bolsonaro

e Marina Silva também exploram o Instagram principalmente pelo compartilhamento de fotografias em eventos e colocações relevantes para seus planos de governo. Já Lula aposta numa abordagem mais “humanizadora” da sua figura, utilizando-se principalmente do seu grande apelo (e comoção) popular como combustível para reforçar a sua imagem de “filho do Brasil”.

MOVIMENTOS SOCIAIS



O mês de junho de 2018 ficou marcado por uma grande paralisação dos caminhoneiros em todo Brasil. O complexo movimento que parou o país e ficou marcado pelas enormes filas nos postos de combustível em virtude do desabastecimento apresentou enormes sinais da conjuntura que precisam ser lidos e compreendidos.

Greve dos caminhoneiros

O primeiro ponto importante foi o comportamento da grande mídia e da elite durante a greve dos caminhoneiros. Ficou claro que o governo golpista não consegue mais administrar o consórcio do atraso que tomou conta do país com Michel Temer no comando. As inúmeras pressões que vieram de diferentes campos apresentaram um nítido conflito de interesses dentro da elite brasileira, que já vem aparecendo há alguns meses no total desacerto de uma candidatura alternativa à de Lula.

Até Pedro Parente, que parecia ser o homem forte do mercado no governo golpista, não aguentou a múltipla pressão que sofreu a Petrobras e acabou deixando a presidência. A solução encontrada pelos ilegítimos não é sustentável a longo prazo, e a questão dos preços dos combustíveis continuará um problema para a economia.

Por seu lado, a classe média esboçou um apoio ao movimento. Esse apoio tem relação com o comportamento ambíguo da grande mídia, que noticiou o “caos” gerado pelo movimento, mas também legitimou o processo, apontando as condições de trabalho dos caminhoneiros e criticando os altos preços do diesel e da gasolina.

Esses elementos nos trazem ao comportamento dos movimentos sociais nesse processo. É preciso que se diga que a greve dos caminhoneiros foi, mais uma vez, um movimento importante de caráter nacional sem o protagonismo dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda. Se os movimentos sociais tradicionais não compuseram a construção desse processo, é mais do que compreensível que eles não tenham tentado assumir o protagonismo durante a construção da greve.

Especialmente porque o movimento teve contradições ideológicas nítidas. Não foram raras as manifestações a favor de intervenção militar e em apoio à candidatura de Bolsonaro. Por outro lado, também foram diversas as sinalizações no sentido original da greve. Isso implica dizer que o debate “locaute” x “greve legítima” deve ser entendido em dimensões maiores.

Se é fato que o movimento teve o apoio de empresas do setor de transporte que viabilizaram boa parte dos caminhões parados, também é verdade que legitimamente trabalhadores optaram por cruzar os braços. Nesse sentido, nem ao golpe nem à revolução esse movimento deve ser compreendido.

O que esses elementos apontam é que há uma im-

portante parcela da população brasileira capaz de se organizar por métodos heterodoxos (até valendo-se do apoio empresarial) e trazer impacto à conjuntura nacional. Isso ficou provado em 2013, nas manifestações em apoio ao golpe, e agora, na greve dos caminhoneiros. Foi assim com o papel das redes sociais, que, no caso dos caminhoneiros, por meio do whatsapp, se constituíram como elemento fundamental para a organização e a troca de informações. Ainda que descontraídas e vindas de várias fontes diferentes, as palavras de ordem transmitidas via mensagens do aplicativo foram fundamentais para manter os caminhões parados em todo Brasil.

Mas o que também pode ser apontado é que a narrativa construída na sociedade pode ser o sinal mais alentador para a conjuntura. Isso porque o discurso de solução dos golpistas não funcionou. Os painéis arrependidos apareceram, e uma grave crise de legitimidade, principalmente dos setores tradicionais da direita brasileira, ficou mais do que evidente.

Existiram algumas tentativas do movimento sindical de acompanhar o processo, desencadeando diversas paralisações no país. A CUT rapidamente apoiou a greve e a apontou como um importante instrumento de defesa da classe trabalhadora ante aos ataques golpistas. A Federação Única dos Petroleiros (FUP), por sua vez, desencadeou uma série de paralisações nas refinarias em todo Brasil. Interessante perceber que, ao contrário do que fez com os caminhoneiros, o ilegítimo não se dispôs a negociar e deslegitimou a greve, valendo-se do aparato judicial, que impôs uma multa impagável para a Federação e seu presidente, o que acabou inviabilizando a manutenção da mobilização.

Do lado do campo popular, a dificuldade de apresentar um sólido processo de mobilização capaz de gerar a comoção social ocorrida na greve dos caminhoneiros é clara. Essa evidência, cuja análise completa não cabe nesse boletim, demonstra uma razoável dificuldade de diálogo com uma parcela da população brasileira.

E esse diálogo só é possível com Lula. Mesmo preso injustamente, o ex-Presidente mantém a sua estratégia de diálogo com a população. Não por acaso o lançamento de sua pré-candidatura foi simbolizado por uma carta ao povo brasileiro, marcada por uma nítida tentativa de dizer sobre a real necessidade de um novo governo Lula para o Brasil.

Com dois meses completos dessa absurda situação, fica cada dia mais evidente que a população brasileira só consegue uma mínima concordância quando o assunto é o nome de Lula para as eleições presidenciais. De resto, a fragmentação da sociedade aparece cada vez mais e a fragmentação da elite é ainda maior.

O golpe está rachado, e esse é problema dos golpistas. O consórcio circunstancial firmado entre os diferentes setores da elite brasileira, a grande mídia e a direita tradicional aponta para o fato de que o governo Dilma e os governos petistas representavam, de fato, uma ameaça à mentalidade escravocrata e do dinheiro fácil e rápido que governa os setores do atraso.

No entanto, a não ser que seja contra Lula e o PT, os conservadores não conseguem agregar-se em nenhuma outra pauta. Há uma enorme dificuldade que deve prosseguir nos próximos meses. A libertação justa e necessária de Lula será muito difícil. O componente judiciário do golpe continua mantido. O movimento do ministro Edson Fachin, outrora apoiador dos movimentos sociais e de candidaturas petistas, para evitar que o STF julgasse a libertação de Lula no final do mês é prova de que eles continuarão lançando mão de todos os meios possíveis para tentar manter Lula fora da disputa política.

Como já diagnosticado ao longo dos últimos meses, a democracia brasileira só estará minimamente garantida se Lula estiver livre e capaz de disputar as eleições. Mas é preciso que se diga que as garantias mais efetivas do processo democrático vão muito além do processo eleitoral de outubro.

As eleições não apresentam solução eficiente para o dilema do diálogo e da representatividade dos movimentos sociais no Brasil. Lula é fundamental para a estratégia de curto prazo dos movimentos. Principalmente porque Lula é a única força efetivamente agregadora do campo popular. Mas a superação da fragmentação social, dos dilemas de legitimidade e representatividade são tarefas de longo prazo, que demandam uma razoável capacidade de leitura dos atuais desafios do campo popular e especialmente uma aproximação dos interesses políticos da esquerda com os interesses sociais apresentados na necessária superação do ambiente de superexploração, colonialismo e patriarcado presentes na população brasileira.

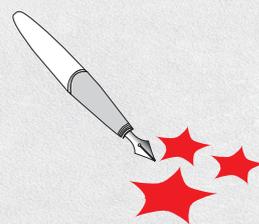


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 26 de junho de 2018.

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br